



SALVADOR-BA

Eixo 1

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

1. IDEÁRIO, PROJETO E PRÁTICA

Concepções teóricas emergentes; experimentações projetuais; projeto como instrumento de mediação e resistência para conquistas coletivas; urbanismo corporativo, globalização e direito à cidade; corporeidades e cidade; gênero, classe e raça na cidade; produção do comum e resistência; avanços e limites da autogestão; cartografias afetivas, performance e cidade; ecologia de saberes; utopias experimentais; novos processos e técnicas de ensino-aprendizagem; interação graduação/pós-graduação e universidade/sociedade; metodologias para além da sala de aula; desafio na ampliação do campo profissional.



SALVADOR-BA

COORDENAÇÃO

Angela Maria Gordilho Souza (UFBA) - Coordenação Geral
Nivaldo Vieira de Andrade Junior (UFBA) - Vice-Coordenação
Rodrigo Espinha Baeta (UFBA) - Vice-Coordenação

DIRETORIA ANPARQ

Carlos Eduardo Comas (UFRGS) - Presidente
Cláudia Piantá Costa Cabral (UFRGS) - Secretária Executiva
Marta Peixoto (UNIRITTER) - Tesoureira

DIRETORES

Rachel Coutinho Marques da Silva (UFRJ)
Angela Maria Gordilho Souza (UFBA)
Eduardo Pierrotti Rossetti (UNB)
Suplente: Maria Angela Dias (UFRJ)

CONSELHO FISCAL

Angélica T. Benatti Alvim (Mackenzie)
Maria de Lourdes Zuquim (USP)
Francisco Costa (UFPB)
Suplente: Renato Luiz Sobral Anelli (USP)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-Reitor

Prof. Dr. Paulo César Miguez de Oliveira

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUFBA)

Profa. Dra. Naia Alban Suarez (Diretora)

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU)

Prof. Dr. Rodrigo Espinha Baeta (Coordenador)

Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE)

Profa. Dra. Juliana Cardoso Nery (Coordenadora)

Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade (Residência AU+E/UFBA)

Profa. Dra. Angela Maria Gordilho Souza (Coordenadora)

PROGRAMAÇÃO VISUAL DO SITE E MARCAS

Organização do site

Angela Maria Gordilho Souza
Bianca Cristina Alves Albino
Débora Marques da Silva Araújo

Criação do site e identidade visual

Bianca Cristina Alves Albino

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

EDUFBA



SALVADOR-BA

13 a 19 de outubro, 2018/FAUFBA

V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo

***Arquitetura e Urbanismo no Brasil atual:
crises, impasses e desafios***

VOLUME 1

Angela Maria Gordilho Souza
Rodrigo Espinha Baeta
Nivaldo Vieira de Andrade Junior
Organizadores

APOIO NA SISTEMATIZAÇÃO DOS ANAIS

Carolina Correia Queiroz

Jadi Tosta Iglesias Ventin

Débora Marques da Silva Araújo

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (4. : 2018 : Salvador, Ba).

Programação do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 13 a 19 de outubro. – Salvador: FAUFBA, 2018.
12203 p.

ISSN 2358-6214

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Arquitetura e Urbanismo – Congressos. I. Título.
II. Faculdade de Arquitetura. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD 720



Salvador - 2018

PROJEÇÕES: 100KM2 DE TERRA NA CAATINGA

PROJECTIONS: 100KM2 OF LAND IN THE CAATINGA

PROYECCIONES: 100KM2 DE TIERRA EN CAATINGA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:

Nesta comunicação são abordados imaginários de uma “terra comum” a partir do trabalho artístico “Projeções: 100km² de caatinga” realizado pelo grupo Thislandyourland, formado pela artista e arquiteta Louise Ganz e pela artista Ines Linke. Nesse projeto, o grupo investiga diversos imaginários relacionados à caatinga, a partir de uma série de entrevistas realizadas com ativistas, arquitetos, artistas, advogados, ambientalistas, políticos, pesquisadores, pedindo o desenvolvimento de uma proposta para o futuro de uma área de terra na caatinga. O trabalho partiu da seguinte ficção: “Considerando que alguns hectares de terra estão disponíveis para o desenvolvimento de propostas de uso, o que você imagina fazer com essa área?” Essa provocação buscou gerar um acervo, uma coleção de ideias e pontos de vista, que permite visualizar o que as pessoas imaginam sobre a terra e debater formas de organização social e de trabalho. Nesta comunicação analisa-se respostas e projetos idealizados por alguns dos entrevistados para estabelecer uma discussão sobre as formas de acesso e uso da terra, assim como sobre outras possibilidades de se pensar propriedade no intuito de contribuir com a reflexão sobre propriedade coletiva e a terra como bem comum.

PALAVRAS-CHAVE: terra comum; caatinga; organização sócio-espacial.

ABSTRACT:

This communication discusses the imaginaries of a "common land" based on the artistic work "Projections: 100km² of caatinga" by the group Thislandyourland, formed by the artist and architect Louise Ganz and the artist Ines Linke. In this project, the group investigates several imageries related to the caatinga, collected through a series of interviews with activists, architects, artists, lawyers, environmentalists, politicians, researchers, that were asked to develop a future proposal of a land area in caatinga. The work was based on the following fiction: "Considering that some hectares of land are available for the development of proposals, what would you do with this area?" This provocation sought to generate an archive, a collection of ideas and points of view, which permits one to visualize imaginaries of the land and discuss ways of social and labor organization. This paper analyzes the responses and projects conceived by some of the interviewees to establish a discussion about the forms of access and usage of land, as well as about other possibilities of conceiving property in order to contribute to the reflection on collective property and land as a common good.

KEYWORDS: common ground; caatinga biome; socio-spatial organization.

RESUMEN:



Salvador - 2018

En esta comunicación se abordan imaginarios de una "tierra común" a partir del trabajo artístico "Proyecciones: 100km2 de caatinga" realizado por el grupo Thislandyourland, formado por la artista y arquitecto Louise Ganz y la artista Ines Linke. En este proyecto, el grupo investiga diversos imaginarios relacionados a la caatinga, a partir de una serie de entrevistas realizadas con activistas, arquitectos, artistas, abogados, ambientalistas, políticos, investigadores, pidiendo el desarrollo de una propuesta para el futuro de un área de tierra en la caatinga. El trabajo partió de la siguiente ficción: "¿Considerando que algunas hectáreas de tierra están disponibles para el desarrollo de propuestas de uso, qué te imaginas hacer con esa área?" Esa provocación buscó generar un acervo, una colección de ideas y puntos de vista, que permite visualizar lo que las personas se imaginan sobre la tierra y debatir formas de organización social y de trabajo. En esta comunicación se analizan respuestas y proyectos ideados por algunos de los entrevistados para establecer una discusión sobre las formas de acceso y uso de la tierra, así como sobre otras posibilidades de pensar la propiedad con el fin de contribuir con la reflexión sobre propiedad colectiva y la tierra como bien común.

PALABRAS-CLAVE: tierra común; caatinga bioma; organización socio-espacial.



Salvador - 2018

A CAATINGA

A Caatinga, um bioma exclusivamente brasileiro, tem ampla distribuição no semiárido nordestino. Entretanto, acredita-se que somente uma pequena porcentagem de seu território se encontra protegido por unidades de conservação que visam garantir a sobrevivência de espécies da fauna e da flora nativas. Silva destaca a falta de interesse e a negligência histórica da preservação da caatinga:

[...] Encontra-se na caatinga um percentual ínfimo de unidades de conservação e proteção de seus sistemas naturais (...), além de um incipiente conhecimento científico de sua diversidade biológica. Além de ser um dos mais devastados biomas brasileiros, a caatinga foi durante muito tempo o mais negligenciado. Somente em 1965, com o Novo Código Florestal (Lei 4.771), é que a caatinga foi considerada como passível de proteção. (SILVA, 2008, p.20)

Apesar do Novo Código Florestal possuir mais de cinquenta anos, os esforços para a conservação e manutenção de territórios identitários se mantêm ainda hoje. O Ministério do Meio Ambiente, destaca os problemas atuais da implementação e administração das unidades de conservação:

Cerca de 7% da caatinga se encontra em unidades de conservação, menos de 1% em unidades de proteção integral (como Parques, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas), que são as mais restritivas à intervenção humana. Estas unidades, no entanto, têm sérios problemas de implementação. De fato, têm que lidar com diversos problemas relacionados com a proteção da sua biodiversidade, como caça, fogo, desmatamento e tráfico de animais silvestres. (...) Grande parte das unidades federais apresenta problemas básicos, como ausência de regularização fundiária, falta de plano de manejo e carência de pessoal.¹

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ambiental do governo brasileiro, criado em 2007, trabalha na seleção e criação de novas unidades, por meio da atualização das áreas prioritárias para a conservação no bioma. Um dos últimos remanescentes contínuos de caatinga, a região conhecida como Boqueirão da Onça², localizado nos Municípios de Santo Sé, Juazeiro, Sobradinho e Campo Formoso no Estado da Bahia, foi transformada em Parque Nacional do Boqueirão da Onça, com os objetivos de proteger a diversidade biológica e os ambientes naturais, a flora e a fauna da caatinga, incluídas as transições altitudinais; garantir manutenção de populações viáveis de espécies ameaçadas de extinção, raras ou endêmicas que ocorrem na região; proteger formações geológicas, sítios paleontológicos e arqueológicos associados; proteger e promover recuperação das formações vegetacionais da área e proporcionar desenvolvimento de atividades de recreação. Embora a criação do parque constitua uma importante conquista do Instituto Mendes, o decreto que oficializa a criação do parque também inclui artigos sobre as desapropriações de imóveis rurais privados existentes nos limites do parque e a exclusão do subsolo da área, que atestam os interesses conflitantes projetados em cima da mesma porção de terra de 349 mil hectares e a dificuldade de pensar estratégias de conservação que não impeçam a coexistência com o ser humano ou permitam atividades econômicas.

¹ <http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga/iniciativas-de-conserva%C3%A7%C3%A3o>

² DECRETO N.º 9.336, DE 5 DE ABRIL DE 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9336-5-abril-2018-786419-publicacaooriginal-155183-pe.html>



Salvador - 2018

Em nossa investigação partimos de uma série de inquietações que apareceram ao longo de viagens na Bahia em 2012. Surgiram perguntas sobre as formas de ocupação do território tradicionais e atuais, sobre modelos econômicos e sobre o futuro dessa região. Nos interrogamos: Como podemos gerir um território na caatinga? Como se cria parâmetros para regulamentar os acessos e usos? Quais futuros podemos imaginar para a caatinga? Porque falar em caatinga?

O interior da região Nordeste foi, durante séculos, considerado e imaginado por pessoas externas à região e inclusive por seus habitantes, como um ambiente inóspito, desértico e miserável, recebendo títulos como terra-nua, terra-seca, terra-ruim, terra-inútil, dentre outros. Em comparação com os biomas brasileiros da Mata Atlântica e da Amazônia, conhecidos mundialmente, a Caatinga foi cultural e politicamente desvalorizada. Caatinga, na língua dos índios Tupi-Guarani, significa "floresta nua" ou "floresta branca", devido à perda de folhas nas longas estações da seca, vegetação espinhosa e numerosas espécies xerófilas e decíduas com ramos calcinados pela luz solar. No entanto, é um ambiente de grande biodiversidade e um ecossistema brasileiro complexo. Desta forma, deve-se atentar para a diversidade do ambiente da caatinga, seus contextos locais, suas especificidades, os modos de vida e os modos de ocupação e produção, as distintas paisagens ricas, bem como os saberes, conhecimentos e tecnologias locais. Ab'Saber (1977), utiliza o termo "caatingas", para enfatizar as diferenciações fisionômicas e fitogeográficas existentes, em razão das diferentes condições paleoclimáticas que formam e caracterizam os diversos territórios.

Se por um lado, a região foi conhecida como ambiente inóspito, também foi marcada pela seca e o deslocamento de pessoas que fugiram da fome e da sede. Em busca de solução para os problemas do interior nordestino, o sertão foi foco de diversas tentativas de desenvolvimento durante a segunda metade do século XX. Órgãos como o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste CODENO, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, que substituiu os órgãos precedentes em 1959, adotaram medidas e implementaram programas com o objetivo de garantir a sobrevivência da população e criar possibilidades de mobilização social nas caatingas. Muitos projetos de caráter desenvolvimentista ocorrem sobretudo nas décadas de 1960/1970, como foi o caso de um projeto que introduziu a algaroba, uma espécie de planta exógena, considerada apropriada para servir de alimento nos períodos de seca. Por causa de suas propriedades, a implantação desta árvore foi vista no período como uma tábua de salvação que seria responsável por transformações no espaço rural do semi-árido nordestino. Entretanto, a planta se tornou uma praga, prejudicial à vegetação endógena.

A algaroba é, de certa forma, emblemática de um modelo, uma ecologia política de cima para baixo, que se apoiou, no passado, em alianças entre capital e propriedade da terra e afirma, no presente, o pacto entre capital e propriedade de capitais (simbólico, social, econômico e cultural). Projetos governamentais, em muitos casos, têm legitimado tomadas de decisões e assegurado práticas que mantêm uma esperança em um futuro melhor que se instaura de forma milagrosa, e que, no entanto, mantêm o sistema oligárquico enraizado historicamente no Brasil. Projetos continuam alimentando um imaginário que vem associado à promessa de um progresso e à esperança de uma mudança repentina que transformará a vida das pessoas. O milagre econômico continua na mente de políticos, investidores, empresários, proprietários de terra e pesquisadores, e orienta imaginários de um futuro melhor, sem romper com as bases fundantes da concentração fundiária, do conservadorismo, da propriedade privada de grande escala e do sistema de trabalho opressor de origem escravista.



Salvador - 2018

A TERRA

Dados do Incra, levantados a partir da autodeclaração dos proprietários, apontam que a concentração fundiária e a improdutividade aumentaram neste século no Brasil. Dados de 2010 indicam que 130 mil proprietários de terras concentram 318 milhões de hectares. Mais de 100 milhões de hectares passaram, em menos de uma década, para o controle dos proprietários de terras. Os dados também mostram que o registro de áreas improdutivas cresceu mais que as áreas produtivas, o que aponta para a expansão de áreas que desconsideram a função social. Grandes proprietários especulam com a terra, usam "proteção" política, são fora-da-lei e evitam o cumprimento da Constituição, que determina que as áreas que não cumprem sua função social sejam destinadas à reforma agrária.

O geógrafo Rogério Haesbaert aponta que o paradigma hegemônico territorial "vê o espaço como mera extensão ou superfície a ser transposta e substrato a ser explorado". Adotando uma visão absoluta, a empresa e o Estado homogenizam e unificam o espaço, descontextualizando-o. O território da terra é um "instrumento de dominação, um recurso meramente funcional, dentro de uma economia baseada no modelo agro extrativista-exportador", e na especulação do capital. Haesbaert nos aponta para outro paradigma - o contra-hegemônico - em que o que importa é o espaço habitado, vivido e diversificado das relações sociais. Ao contrário da visão homogeneizante, o espaço habitado é intensificado pelas múltiplas relações sociais e culturais, pelos variados meios de subsistência, pelo trabalho, pela ocupação da terra e pela emancipação social.

Os valores numéricos que indicam o que é um latifúndio, o que é uma propriedade de pequena, média ou grande escala, variam no Brasil de acordo com a região, pois são levados em conta alguns fatores, para a constituição do módulo de referência, como acessibilidade, qualidade da terra, acesso à água e infraestruturas, sistemas de transporte, distâncias de portos para escoamento, dentre outros. Em relação ao tamanho da área, os imóveis rurais são classificados em minifúndio, um imóvel rural com área inferior a um módulo fiscal; pequena propriedade, um imóvel de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais; média propriedade, um imóvel rural de área superior a quatro e até quinze módulos fiscais; e a grande propriedade, o imóvel rural de área superior a quinze módulos fiscais.³ De acordo como a Embrapa:

[O] Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares.⁴

Levando em conta que o módulo fiscal varia de acordo com cada município, para a proposta artística, optou-se por trabalhar com uma área que corresponde a uma grande propriedade no semiárido, aquilo que indica a concentração de terras, portanto, 100 km², ou 10 mil hectares.

³ <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>

⁴ <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>



Salvador - 2018

AS PROJEÇÕES

Quais imaginários do futuro são projetados nos 100km² de terra na caatinga? Os projetos contemplam práticas de compartilhamento de terra e de trabalho? Quais imaginários prevalecem: os que favorecem as práticas de privatização, de manutenção de um estado conservador, ou de criação de áreas de reservas impenetráveis? Quais instrumentos legais foram pensados para essa área, qual seu argumento? O que podemos apreender a partir das diferentes vozes que pensam a organização do território nacional? Podemos inventar outros modos de ocupação do território?

Enviamos cartas e convites para marcar entrevistas presenciais ou via Skype com mais de 50 pessoas com atuações diferentes, que representam a visão contra-hegemônica como também empresários, políticos, ministros e jornalistas que possuem uma influência direta sobre as políticas públicas e/ou são considerados formadores da opinião pública. Muitos não responderam ao convite outros ficaram interessados em participar do projeto. Foram entrevistados até o momento o ambientalista e ex-deputado federal Fábio Feldmann, o presidente da Associação Brasileira de Agroecologia, Paulo Petersen, o agrônomo e agroecologista Clóvis de Oliveira, o geógrafo e pedagogo Laércio Furquim, o artista plástico Milton Machado, as proprietárias de terras rurais na Paraíba Roberta Oliveira e Berta Oliveira, o advogado popular Joviano Mayer, a artista Amy Balkin e o vereador Arnaldo Godoy.

Em entrevista⁵ o ambientalista e ex-deputado federal Fábio Feldmann fala da Caatinga como “uma espécie de primo mal compreendido diante dos outros biomas” que sofre as consequências de uma desvalorização cultural. Seu projeto se inicia com um tipo de campanha publicitária que visa modificar a imagem da caatinga no país, como um todo:

Eu acho que nós precisamos compreender a importância da Caatinga e os riscos que esse bioma está correndo, e com uma particularidade em relação à mudança do clima. Vocês sabem que a mudança do clima está em curso e ela terá um impacto muito grande no agronegócio brasileiro. Com exceção da cana-de-açúcar e da mandioca, praticamente todas as grandes culturas estão ameaçadas. E conhecer a Caatinga é muito importante, porque, conhecendo as plantas, sua resiliência, o gradiente de temperatura, isso pode ser estratégico para a agricultura brasileira. Além disso, os aspectos éticos têm que ser valorizados e, assim, a Caatinga deve ser elevada a nível de patrimônio nacional, como a Amazônia, a Mata Atlântica, o Pantanal. (...) Portanto, o que eu faria? Primeiro um projeto para mostrar porque a Caatinga é importante. Acho que existe um certo problema cultural com relação à ela, e mesmo em relação ao Cerrado - o que com relação à Amazônia, ao contrário, já não existe, pois esta tem um peso simbólico no planeta. A Mata Atlântica também, porque é uma mata muito frondosa, fechada, com espécies de árvores muito altas. E o Cerrado e a Caatinga têm uma outra fisionomia, e isso dificulta as pessoas a compreenderem. O Cerrado acho que melhorou um pouco, mas as pessoas olham a Caatinga e não a valorizam. Acho que vocês têm que fazer um grande esforço de mostrar a importância dessa vegetação que é muito desvalorizada culturalmente. (GANZ; LINKE, 2016)

⁵ Todas as citações a seguir compõem trechos de entrevistas concedidas para a obra *Projeções: 100km² de Caatinga*, do grupo Thislandyourland, iniciada em 2016, e pertencem ao acervo das artistas.



Salvador - 2018

Para dar continuidade à mobilização do Brasil pela Caatinga, o ambientalista desenvolve seu projeto em torno da patrimonialização e da proteção do bioma, inicialmente uma reserva fechada. A medida em que se transforma a imagem do bioma, ele projeta um caminho que vai de uma unidade de conservação muito restritiva a uma reserva de desenvolvimento sustentável, que admite atividades econômicas. Para Feldmann, a combinação entre preservação e produção permite a elaboração de um valor econômico que ele considera importante especialmente para a região nordeste: “Se eu recebesse essa terra, eu procuraria fazer um projeto que pudesse ser referência de desenvolvimento sustentável para o Brasil e para o mundo.” Segundo ele, o grande problema da discussão sobre desenvolvimento sustentável é a complexidade dos projetos que necessitam articular os mais diversos aspectos.

Mas como podemos gerir um determinado território? Como podemos criar parâmetros para regulamentar os acessos e usos? Quais futuros podemos imaginar para a caatinga? E mais especificamente para as propostas dos convidados: Os projetos contemplam práticas de compartilhamento de terra e de trabalho? As áreas de proteção ambiental stricto sensu, de acordo com Feldmann, são um estágio inicial necessário para contrapor-se à destruição desenfreada do bioma e colaborar com a conscientização sobre sua importância. Ele entende a criação de unidades de conservação, não como ação auto-suficiente, mas como uma etapa necessária ou uma estratégia para mudar o imaginário popular associado ao bioma e contribuir com sua valorização. Somente depois da valorização em nível nacional, pode-se ter uma consciência do que não deve ser feito na caatinga ou pensar o que pode contribuir com o desenvolvimento sustentável da terra. Feldmann aponta a necessidade de pensar as atividades econômicas na área em uma perspectiva sustentável.

O presidente da Associação Brasileira de Agroecologia, Paulo Petersen, na sua resposta ao convite, também procura conciliar o desenvolvimento econômico e a conservação da natureza:

Esse caminho de conciliação é um caminho que tem sido muito difícil por que normalmente as políticas vêm as coisas muito separadas. As políticas para o desenvolvimento econômico são muito degradadoras do meio ambiente e as políticas de preservação são muito excludentes do ponto de vista social por que elas terminam penalizando exatamente aqueles que conservaram. Se está conservado é porque teve alguém ali que soube conservar, se desenvolver e ter um modo de vida. E justamente nesses remanescentes de territórios onde ainda existe uma floresta e onde tem extrativismo e esse tipo de economia, que as políticas ambientais têm interesse de conservar. Mas com uma perspectiva de preservação que não vê o ser humano interagindo com aquele ecossistema. Essa população, que por gerações, esteve ali e tem uma responsabilidade grande, tem um conhecimento sobre a biodiversidade, sobre os recursos daquele lugar, ela é penalizada. Então, essa conciliação não é só necessária, mas já está mais do que demonstrado que ela é possível. (GANZ; LINKE, 2016)

O projeto de Petersen prevê a interação entre pessoas e natureza em um sistema que se opõe à lógica extrativista com suas práticas unilaterais, que partem da premissa de que a natureza é uma mina inesgotável de recursos e que continuamente abrem novas frentes de exploração sem considerar os impactos da apropriação dos recursos, a médio e longo prazo. A partir da identificação da economia local, Petersen parte do conhecimento popular sobre a natureza e os bens naturais e coloca a população local como protagonista do projeto devido à sua sabedoria com relação às plantas, ao solo, ao clima, adquirida ao longo de gerações. Ao pensar a terra a



partir das práticas ancestrais e da tradição, ao contrário da visão imediatista que rege a ideia do desenvolvimento econômico, realça a perspectiva comunitária de sua proposta:

Eu não pretendo que [a terra] seja de propriedade privada minha. Na propriedade privada é muito difícil esse tipo de conciliação. Se você quiser viabilizar um latifúndio economicamente, será levado a uma lógica de economia de produção em escala, com equipamentos...e com isto você termina fugindo da própria dinâmica da natureza. Acho que o grande desafio é como sintonizar os ciclos econômicos com os ciclos ecológicos, respeitar os ritmos da natureza mas ao mesmo tempo gerar riqueza. (GANZ; LINKE, 2016)

No seu projeto, Petersen concebe a terra como um bem comum e não como propriedade privada e enfatiza que os bens ecológicos e as culturas locais precisam ser cultivados, renovados e atualizados em escalas sociais atendendo a um conjunto de objetivos como a produção de alimentos, produção de trabalho digno, de conservação da natureza, de produção cultural, etc. A integração desses diversos objetivos é para ele uma maneira de pensar um modo de produção e reprodução sustentável. Inicialmente, Petersen aponta a necessidade de políticas públicas e sociais para enfrentar a situação de pobreza extrema, assim como investimentos em infraestrutura e criação de cadeias produtivas que respeitem os recursos da sócio biodiversidade:

Explorar, de forma sustentável, o potencial que a própria biodiversidade tem em plantas medicinais, em frutos e fazendo agricultura, artesanato, ecoturismo. Você tem um conjunto de possibilidades de valorização das amenidades da natureza, do que ela gera, e que ao mesmo tempo aquece a economia, com base nisso, conservando a natureza. (GANZ; LINKE, 2016)

Petersen acredita em parcerias que formam redes curtas e largas; conexões entre o Estado, a sociedade, o mercado, empresários, escolas, agricultores, mulheres, prefeituras, etc. Ao envolver esses múltiplos atores, ele pensa o desenvolvimento dessa terra em conjunto com o desenvolvimento da região em que ela está inserida. As redes formadas pelo projeto, nas diversas escalas e dimensões, se relacionam com o entorno, a região, os mercados, não somente na escala local mas também permitem fluxos nacionais e internacionais, tanto de entrada quanto de saída. As redes se constituem como relações de troca, não somente entre produtos, mas também de pessoas, culturas e conhecimento, fluxos equilibrados que fortalecem as relações, insumos, produtos e serviços e consumos locais e regionais. Petersen não considera sua ideia utópica; a questão, para ele é o debate sobre os imaginários da economia, da agricultura e do desenvolvimento que não devem visar unicamente a produção econômica, mas cumprir múltiplas funções:

(...) é preciso compreender a natureza humana e ecológica das regiões para tirar partido desses potenciais num desenvolvimento que seja endógeno, baseado principalmente nessas potencialidades e não na lógica de produzir pra fora e importar tudo que vem de fora. Muitas políticas já apontam nessa direção, mas é muito mais uma iniciativa que vem da sociedade civil no mundo inteiro. No Brasil há várias experiências interessantes, e em todo o planeta ocorre esse tipo de reação aos danos da modernização. São danos em vários sentidos: pessoas que estão quebrando economicamente, poluição, degradação da saúde coletiva e por aí vai. É um encadeamento de problemas. Aí as pessoas começam a criar alternativas. A questão é em que medida as políticas públicas compreendem e fortalecem essas reações. (GANZ; LINKE, 2016)



Salvador - 2018

Petersen, diferente de Feldmann, enfatiza o debate político que cria fluxos de baixo pra cima. Que parte da agricultura familiar/camponesa para realocar a economia na direção de práticas que não visam o lucro, mas a produção de alimentos em conexão com a cultura e a conservação da natureza enraizada nos territórios e o fortalecimento de uma rede com sólida base local.

Com o mesmo pensamento trabalha e projeta o agroecologista Clóvis de Oliveira, que parte do local para fazer um projeto coletivo, com os atores que ali estão. Para ele produção e preservação não podem estar separadas, pois as pessoas precisam produzir de várias formas, tanto o espaço quanto a cultura, ao mesmo tempo que é necessário preservar. Então como se faz o manejo? Para Oliveira esse é o ponto de partida. No primeiro momento propõe um diagnóstico: quem são as pessoas que estão no local, como são seus modos de vida, de que forma vivem, como são suas interações com a vegetação e com o solo. Geograficamente, como é o local, onde estão os rios e as nascentes, quais áreas estão preservadas, qual o estado do solo. É preciso conhecer o local para se fazer um projeto - mapear e detalhar, afirma.

Balizando com trabalhos da permacultura e da agroecologia, propõe que seja criada inicialmente uma zona de preservação da água. "Se o ambiente é semiárido, é fundamental que se tenha um bom manejo da água, fazê-la circular e fluir." Assim, identificados os pontos de nascente utilizam-se técnicas de revegetação. Com essa técnica é possível fazer renascer nascentes e isto é manejo da água.

Não é do interesse de Oliveira possuir essa área como uma propriedade privada, e sim pensar em meios de torná-la coletiva. Cita o campesinato e Chayanov, agrônomo e economista, que investigou como funciona uma unidade econômica camponesa e o trabalho familiar, na situação particular do campesinato russo, no período que vai do final do século XIX até após a Revolução Russa de 1917. Também, para pensar a distribuição da terra na situação específica brasileira, busca na legislação a ferramenta legal que institui a função social da terra. Por exemplo, se nesta terra ficcional o objetivo é produzir alimentos, então, é preciso estar engajado para fazer acontecer. A distribuição da terra para as pessoas estaria condicionada à ideia da produção de alimentos, para cumprir sua função social, e só permanece na terra aquele que se engaja com o propósito de cumprir este objetivo.

Mas como conjugar o bioma caatinga e essa nova vegetação que será introduzida? Como isso acontece na prática?

Fala-se muito da biodiversidade, que é muito rica, mas que não é utilizada. Então o que adianta ter uma biodiversidade rica com o povo empobrecido econômica e culturalmente? A biodiversidade tem que ser utilizada, diz Oliveira, pode-se ter uma zona de preservação e uma zona de produção mesclando e potencializando as espécies da Caatinga, porque com o uso das espécies locais certamente haverá menos problemas com insetos, com doenças e coisas dessa ordem. Espécies exóticas também podem ser utilizadas.

Ouvi um relato de um agricultor uma vez, inclusive do pessoal do semiárido, que dizia o seguinte: quando é época de jaca a gente compra menos feijão. Para evitar de gastar, ele consumia a jaca e deixava de gastar menos no mercado. Utiliza-se a jaca verde, o seu caroço torrado e de várias formas. Então, isso é algo que acontece no Brasil. Mas para o cálculo da renda no país considera-se apenas aquilo que é comercializado, vendido, e que ninguém tem dinheiro. Não é somado aquilo que alguém produz no quintal de forma que deixe de gastar no



mercado. Então se alguém produz seu milho, ou mandioca, e não gasta dinheiro, trata-se de uma renda que também deveria ser computada pelas famílias. (GANZ; LINKE, 2016)

Daqui a 20 anos ele imagina um campo produtivo e preservado:

Talvez não muito objetivo, mas vejo uma comunidade feliz, uma comunidade trabalhando, produzindo alimentos, com espaços de mais natureza, com espaço de produção. Lembrei-me do sistema faxinal existente no sul do Paraná. É um sistema no qual as famílias possuem os lotes e compartilham uma área central, que é a área de produção em conjunto. Cada um tem seu lote e o quintal é comum a todos. Isso é muito interessante, pois associa o coletivo ao espaço individual. O coletivo também nos empodera, alimenta nosso espírito, nosso corpo, nossa alma. O coletivo é bastante importante para energizar o trabalho e esse processo. (GANZ; LINKE, 2016)

A vida comunitária destacada por Oliveira é um fator contabilizado para medir a Felicidade Interna Bruta (FIB), um indicador sistêmico que propõe uma fórmula que busca avaliar o progresso de uma comunidade ou nação não por fatores econômicos, mas considerando aspectos como bem-estar psicológico, saúde, uso do tempo, vitalidade comunitária, educação, cultura, meio ambiente, governança e padrão de vida. Assim, a FIB considera a “riqueza” de um lugar a partir de fatores que vão além do desenvolvimento econômico, como faz o PIB (Produto Interno Bruto), que representa a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região durante um período determinado. Ao propor medir a conservação do meio ambiente, a qualidade da vida das pessoas e a vitalidade da comunidade a FIB prioriza a relação das pessoas com o lugar, com a terra, as plantas, o espaço. A comunidade tem governança sobre si própria ou ela está a mercê de poderes externos?

A proprietária de terras na Paraíba, Roberta Oliveira e sua filha Berta vivem um impasse. Herdeiras de um mil hectare de terra, não possuem recursos para desenvolver um projeto para a terra. Narra a história de sua família que, com a morte do avô, a grande extensão de terra foi dividida entre os filhos, e seu pai, idealista, desejou, nos anos de 1970, trazer para a região um modo de vida que conseguisse melhorar a vida das pessoas e se enriquecer. Aderiu aos projetos governamentais de reflorestamento e implantação da Algaroba, propagandeada como uma redenção que resultou no fato que muitos fazendeiros, com o incentivo do governo, investiram (se individualaram), visando a modernização.

Hoje, para retomar a vida na fazenda, Roberta necessita de dinheiro e investimento, para implementar e conduzir um projeto nessa propriedade privada.

Eu penso muito em cooperativa. Eu acredito nesse trabalho com as pessoas, cada um dando de si e fazendo ... Tem que ter todo um manejo. Uma possibilidade seria investir na produção do sisal e do algodão nordestino. Mas eu precisaria estudar, pois do jeito que era feito não dá mais. (GANZ; LINKE, 2016)

Ela lembra das diversas ideias do pai, um agrônomo paraibano, na busca de desenvolver a terra e torná-la uma fazenda rentável. Diferente do projeto fundamentado na agricultura, o geógrafo e pedagogo Laércio Furquim declarou, inicialmente, que não pretendia intervir na área:

A princípio a minha vontade era de não fazer nada. O projeto seria não desenvolver nenhuma ação humana. Mas aí eu fui ver onde era aquele pontinho e



Salvador - 2018

o encontrei de acordo com aquelas coordenadas geográficas que vocês colocaram. Eu identifiquei exatamente onde era: localiza-se na depressão sertaneja, entre as chapadas, indo em direção ao São Francisco, perto da represa do Sobradinho. Tem vários rios intermitentes. Fui ver o tipo de solo mais tecnicamente e parece que ser um neossolo, que é um solo que não tem muita camada orgânica, tem muita rocha e fica ensopado de tempos em tempos. (GANZ; LINKE, 2016)

Pela análise de Furquim, essa área está circundada por grandes projetos de exploração mineral e ao sul da transposição do rio São Francisco. Com toda a água sendo direcionada para o outro lado do sertão, ao norte, ele se pergunta o que acontecerá com essa área ao sul do rio São Francisco. A desertificação vai chegando pelas bordas da Caatinga.

Assim, imaginando que a Caatinga deva ter muita memória em termos de vegetação, Furquim propõe uma espécie de ficção: "colocar bastante água nessa região", são essas as suas palavras. Com esse aumento da água muitas espécies de existiam anteriormente irão brotar recuperando uma parte da memória nativa da vegetação do bioma e estabelecendo um tipo de ponte entre passado e futuro.

Eu acho que o futuro seria transformador. Essa área não seria o que ela é hoje e as pessoas serão transformadas também. O resultado vai vir dessa transformação conjunta, dos tempos dessa natureza, dessa herança, desses códigos que seriam reavivados. Eu acho que seria uma espécie diferente de comunidade, que seria engendrada pelas relações que vão se construindo dessas recuperações. Apareceriam espécies novas ou espécies novas serão descobertas. A presença da água iria mudar a dinâmica de tudo, inclusive o intemperismo nas rochas. Tem pouca matéria orgânica por que tem pouco intemperismo. Se aumenta o intemperismo, que tipo de solo e de plantas surgirão? Que tipo de relações sociais surgirão? (GANZ; LINKE, 2016)

Ao ser perguntado se essa comunidade poderia viver completamente independente de um sistema externo Furquim responde:

Não. Isso vai contra a ideia de rede. Uma comunidade totalmente autônoma sai da rede. Trocar é essencial, ter relação aberta com as comunidades externas vizinhas e com comunidades de outras regiões do Brasil e do mundo. Fortalecer o local para ter fluidez global. "Aliás, eu acredito que hoje para sobreviver tem que pensar em escala global e só sobrevive em escala global se você tiver uma força local, uma identidade local. (GANZ; LINKE, 2016)

CONCLUINDO

As respostas revelam preocupações comuns para o futuro da terra, apontando perspectivas que desdobram as memórias do passado para reinventar as imagens da terra. O projeto Projeções: 100km² de terra na Caatinga cria um espaço de exercício para a construção e discussão desses imaginários, lembrando ocupações e usos coletivos como é o caso dos Faxinais no sul do Brasil, as comunidades de Fundo de Pasto na Bahia, as comunidades ribeirinhas de pescadores artesanais, as comunidades de catadores de babaçu, os seringueiros, os povos de comunidades tradicionais, povos indígenas ou os povos quilombolas, como exemplos de uma gestão do "comum" do território, que se opõem ao regime fundiário e à bancada ruralista que representa os interesses da agroindústria. Os entrevistados relacionam suas práticas e seu referencial com a



Salvador - 2018

terra fictícia, propondo museus, reservas ambientais, experiências sociais, na maioria dos casos desenvolvendo metodologias próprias para implementação de seus projetos.

Em face da diversidade de propostas e respostas ao nosso convite, fica claro que, embora exista um consenso sobre as necessidades e problemas da região com menor ou maior aprofundamento, as experiências citadas e respostas ficcionais podem servir, cada um a seu modo, como inspiração para se pensar os parâmetros para situações e projetos. Acreditamos que não existam modelos prontos ou fórmulas mágicas para construir um futuro melhor, mas, a partir desta experiência, podemos identificar diversos imaginários que revertem a imagem do semiárido nordestino e possibilitam entender sua riqueza.

As referências de outros tempos e outros lugares podem servir como inspiração para pensar soluções concretas; colecionamos ideias e experiências. Alguns, como a importação da algaroba, servem como alerta para não acreditar em receitas fáceis que prometem instaurar o futuro melhor sem articular o conhecimento tradicional e a experiência social. Não existem modelos prontos ou fórmulas mágicas para construir um futuro melhor. Mas existe uma urgência em analisar as experiências inovadoras com bases sócio-ambientais, com estratégias que visam o desenvolvimento de projetos de baixo para cima. As múltiplas racionalidades que surgem a partir desse procedimento, também deixam claro que não existe uma única ideia de desenvolvimento. Os territórios são perpassados por diversas formas de pensamento que precisam coexistir e/ou interagir para refletir sobre os passados, presentes e futuros de um lugar.

REFERÊNCIAS:

AB'SABER, Aziz. **Domínios de Natureza no Brasil - Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003.

_____. **Os Sertões: a originalidade da Terra**. Ciências Hoje. Vol. 3, n. 18, p.44 - 47, Mai/jun, 1985.

_____. **Paleoclimas**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Instituto de Geografia, 1977.

ACSELRAD, HENRY. "Políticas Ambientais e Construção Democrática". In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CASTELLS, M. **O poder da identidade: A era da informação, economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Vol. 2.

CASTRO, Iná Elias. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CAVALCANTI, Eneida Rabelo e ARAÚJO, Natália Cristina de. **Uso de energia de biomassa no Bioma Caatinga**. In: **V Semana de Meio ambiente 03 a 05 de junho 2008 - Recife/Pernambuco**. Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/geral/VSMA/VSMA2008_2302.pdf.

DIEGUES. **O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas**. In: FERREIRA; VIOLA, 1996. p. 281.



EVANGELISTA, Antonia dos Reis Salustiano. **O processo de ocupação do bioma Caatinga e suas repercussões socioambientais na Sisalândia, Bahia.** Programa de Pós-Graduação em Geografia, POSGEO - UFBA. 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MACIEL, Caio; PONTES, Emilio. **Seca e convivência com o semiárido: adaptação ao meio e patrimonialização da Caatinga no nordeste brasileiro.** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

Sites:

<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>

<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>

DECRETO Nº 9.336, DE 5 DE ABRIL DE 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9336-5-abril-2018-786419-publicacaooriginal-155183-pe.html>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

<http://www.ecodebate.com.br/2009/08/24/the-new-york-times-no-brasil-ambientalistas-tentam-pagar-fazendeiros-para-manter-as-arvores-em-pe/>

Outros:

GANZ, Louise; LINKE, Ines. **Projeções: 100 km² de terra na Caatinga.** Obra artística. Entrevistas. Acervo das artistas. 2016.